



O MUNDO DE MÁQUINAS, NÃO ME DIGA QUE NÃO TENHO ALMA: as marcas da precarização do trabalho na subjetividade da classe trabalhadora

THE WORLD OF MACHINES, DO NOT TELL ME THAT I DO NOT HAVE SOUL: the marks of the precariousness of labor in the subjectivity of the working class

Jessica Monaliza de Menezes Saraiva

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

RESUMO

O presente artigo visa refletir sobre a precarização do trabalho na contemporaneidade, ao compreender que este é um fenômeno que precisa ser pensado numa contextualização histórica, verificando as formas de organização do trabalho e como esses processos desencadeiam as consequências alarmantes de condições precarizadas apresentadas em nossa conjuntura social, que demanda uma análise crítica alinhada aos desdobramentos do capital. Para tanto, nos propomos a problematizar a subjetividade do trabalhador (a) que apresenta contornos articulados com as condições do mundo do trabalho. Dessa forma, a metodologia adotada é qualitativa, sendo realizado um estudo bibliográfico e reflexivo.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Precarização. Subjetividade.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the precariousness of work in contemporary times, understanding that this is a phenomenon that needs to be thought of in a historical contextualization, verifying the forms of work organization and how these processes unleash the alarming consequences of precarious conditions presented in Our social conjuncture, which demands a critical analysis aligned with the unfolding of capital. For this, we propose to problematize the subjectivity of the worker (a) that presents contours articulated with the conditions of the world of work. Thus, the methodology adopted is qualitative, and a bibliographical and reflective study was carried out.

KEYWORDS: Work. Precariousness. Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho na contemporaneidade se apresenta de forma complexa e dinâmica, compreender as modificações que vem ocorrendo nas relações de trabalho, modos de produção e sua reificação no contexto social é um cenário fundamental para este trabalho.



Diante do exposto, visualizamos que as posições e (re) posições que tivemos dentro de uma dimensão histórica, fazendo o traçado das principais fases do capitalismo, estamos vivenciando na contemporaneidade a lógica toyotista, a perspectiva do capitalismo flexível que aloca condições imediatas na tomada de decisões.

Desta feita, a discussão fomenta os eixos centrais que tratam a precarização do mundo do trabalho a partir da configuração de um novo metabolismo social, tendo a figura do trabalhador num patamar de expropriação da sua força de trabalho alinhado à captura da sua subjetividade por essa flexibilidade cultuada no toyotismo.

A precarização do trabalho na atualidade compreende o momento vivenciado por uma conjuntura de reestruturação produtiva, a partir desse processo cíclico do capital que altera os modos de produção e a condição de assalariamento na sociedade alinhado as inovações tecnológicas, na qual temos um cenário marcado por condições fluidas e instáveis. Compreender essas alterações na dinâmica capitalista é valioso para que possamos analisar de que maneira esse caráter flexível atua nas múltiplas determinações no mundo do trabalho.

Dessa forma, pensar a flexibilidade imposta pelo capital a partir do século XX e caracterizar essas múltiplas determinações não se constitui uma tarefa fácil, mas podemos associa-las a um conjunto de situações que priorizam um quadro degradante na perspectiva do direito do homem que trabalha com vistas à acumulação do capital.

Destacamos que este artigo visa refletir sobre a precarização do trabalho na contemporaneidade, ao compreender que este é um fenômeno que precisa ser pensado numa contextualização histórica, verificando as formas de organização do trabalho e como esses processos desencadeiam as consequências alarmantes de condições precarizadas apresentadas em nossa conjuntura social, que demanda uma análise crítica alinhada aos desdobramentos do capital. Para tanto, nos propomos a problematizar a subjetividade do trabalhador (a) que apresenta contornos articulados com as condições do mundo do trabalho. Dessa forma, a metodologia adotada é qualitativa, sendo realizado um estudo bibliográfico e reflexivo.

2 O MUNDO DO TRABALHO

Podemos citar aspectos como: a flexibilidade nos contratos de trabalho, a terceirização das atividades, os salários baixos, a extensão das jornadas de trabalho e um fator predominante no tocante da flexibilidade relacionado a desregulamentação trabalhista e a

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



condição de atuação dos sindicatos. São elementos que se entrelaçam em meio aos interesses impostos por essa financeirização do capital constituindo o trabalho precarizado.

Para Giovanni Alves (2010) essa precariedade vivenciada na contemporaneidade não está vinculada apenas a precarização da força de trabalho enquanto mercadoria, mas a precarização do homem que trabalha como ser humano genérico¹ capaz de dar respostas ao capital. A maneira como as formas de trabalho se perpetuam na esfera social colabora diretamente com a disseminação da autovalorização do valor e coloca a mão de obra da classe trabalhadora num padrão de desvalorização, o que se torna um processo contraditório inerente ao capital, pois este só consegue atingir seus padrões de lucratividades a partir do trabalho concreto realizado pela classe que vive do trabalho.

A acumulação capitalista é marcada pelo sistema neoliberal vinculando a organização dos processos de trabalho ao assalariamento dos trabalhadores, essa lógica flexibilizada que dita a maneira como a classe trabalhadora precisa se portar mediante as demandas do consumo e da venda da sua força de trabalho. Podemos analisar na fala de Giovanni Alves (2010):

É por isso que a “acumulação flexível” se apoia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e ainda, dos produtos e padrões de consumo. É a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2010, p.4).

Nesse contexto de submissão a “classe que vive do trabalho” encontra sua capacidade de subsistência entrelaçada ao capital que manipula os processos sociais. A condição do ser humano como trabalhador passa coexistir junto as solicitações e crises do capital.

Para Giovanni Alves (2010) a precarização do trabalho que estamos vivenciando na atual conjuntura não compreende apenas a expropriação da força de trabalho tornando- a mercadoria, mas amplia o processo de desefetivação do homem como ser genérico, mostrando- nos que nesse novo metabolismo social o que está em cena é a (des)constituição desse homem que vive do trabalho.

Nesse percurso começa a existir uma separação estratégica do que é considerado espaço tempo de vida e espaço tempo de trabalho, o aumento das horas trabalhadas passam a

¹ “Originalmente, o homem aparece como um ser genérico [Gattungswesen], como um ser tribal, o animal de uma horda, e em modo algum como um zoonpolitikon em sentido político.” De fato, o conceito de ser genérico é empregado em vários sentidos nas obras de juventude de Marx e serve para designar tanto o conjunto das relações sociais na forma de essência humana, quanto a representação estranha dos predicados humanos no universo religioso, estatal e em outras formas de consciência (BARROS, 2006, p.26).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



ditar o trabalho como centralidade na vida da classe trabalhadora, os novos padrões alteram de forma significativa o mundo do trabalho e as condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores. Conforme cita Giovanni Alves (2010):

A nova precariedade salarial, ao alterar a dinâmica da troca metabólica entre os espaço-tempo de vida e espaço-tempo de trabalho, em virtude da “desmedida” da jornada de trabalho, corrói o espaço-tempo de formação de sujeitos humano-genéricos, aprofundando, deste modo, a auto-alienação do homem que trabalha (ALVES, 2010, p. 2).

É necessário problematizar a vertente dada pelo autor do processo de formação dos sujeitos humano-genéricos, na atualidade com a mundialização do capital o trabalho constitui-se de forma estranhada e a classe trabalhadora atua como meros executores do processo produtivo tendo seu saber fazer expropriado aprofundando a alienação do trabalho.

O momento é marcado por uma flexibilidade que traz como determinação essencial a era do trabalho assalariado, apresentando-se como condição determinante, o homem que trabalha começa a ter sua vida medida em torno dos seus afazeres ocupacionais, e o tempo espaço de vida passa a ser confundido em torno da centralidade que é dado ao trabalho. O mundo do trabalho impregna a vida dos sujeitos, é a distinção espaço tempo de vida e espaço tempo de trabalho não funcionam de forma dissociadas na contemporaneidade.

Dentro do circuito social que se configura a partir do ideário toyotista características profundas de uma era gerida por sistemas informacionais emergem, a lógica produtiva começa a ser ligada intimamente ao modelo flexível de produção, as máquinas aderem a condição de redes digitais e funcionam mediante as solicitações, são máquinas inteligentes que exige dos trabalhadores que irão operacionalizar um conhecimento mais elevado dentro do padrão educacional, alterando assim o perfil do trabalhador, passa a ser necessário padrões mais elevados de formação e habilidade, promovendo o discurso da competência tão bem encarnado por essa lógica produtivista dentro do padrão neoliberal.

Contudo, o discurso da competência não é o único nesse padrão que modifica a essência do ser humano genérico, outra perspectiva colocada por empresas é a gestão da organização do trabalho e das pessoas dentro desse processo produtivo, os interesses de cariz pessoal são postos de lado e o interesse empresarial se sobressai. O trabalhador precisa apreender apenas a realidade da empresa, os conflitos que são inerentes ao local de trabalho não são mais discutidos enquanto trabalhadores pertencentes a uma mesma classe, essa condição de classe é de forma sutil desmontada pela conduta empresarial.

Os novos locais de trabalho reestruturados contam com adequações instantâneas que por vezes trazem violações nas suas formas de atuação para com a classe trabalhadora. Não é



difícil ver a condição precarizada e a forma flexibilizada que os contratos de trabalho são acometidos. Para Giovanni Alves essa alteração afeta de modo significativa o trabalhador assalariado:

Operários ou empregados estáveis convivem, lado a lado, com operários ou empregados temporários e precários. Na verdade, altera-se o modo de ser do trabalhador assalariado e seu nexos psicofísico com a produção do capital, ampliando-se, como inovação sociometabólica do capital, a “captura” da subjetividade do trabalho pelos valores empresariais (ALVES, 2008, p.86).

Essa condição metabólica de classe trabalhadora explorada se traduz na organização e no modo como as instituições e empresas tratam seus trabalhadores, o enquadramento do que é benéfico a empresa é dissociado do que é útil a qualidade de vida da classe trabalhadora. Ao ressaltar a mundialização do capital ancorado pela lógica neoliberal mostra-nos as marcas de uma mudança que não se figura apenas nas inovações tecnológicas, mas desponta sua face mais cruel nas relações e processos de trabalho. Podemos perceber essa constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho a partir de uma precariedade salarial que Giovanni Alves (2010) ilustra através de um quadro elencando suas principais características e desdobramentos:

Metabolismo social do novo (e precário) mundo do trabalho A nova precariedade salarial (Década de 2000)

<i>Complexo de máquinas informacionais</i> A rede digital permeando trabalho, cotidiano e consumo (geração y)
<i>Novos métodos de gestão e organização do trabalho</i> (Espírito do toyotismo e “captura” da subjetividade da força de trabalho)
<i>Coletivos geracionais híbridos do trabalho reestruturado</i> Planos de demissão voluntária e <i>downsizing</i>
<i>Novas relações flexíveis de trabalho</i> Novas forma de contratação, remuneração salarial e jornada de trabalho

Fonte: Alves, 2010, p. 4.

Dessa maneira, a partir da análise do quadro referencial do autor podemos perceber os eixos centrais das condições vivenciadas pelo precariado na contemporaneidade. São eixos que tratam as mutações do mundo do trabalho dentro das condições objetivas e subjetivas.

A menção feita ao complexo informacional vivenciado demonstra as mudanças ocorridas na estrutura física, a precisão com que as máquinas atuam nesse novo padrão de



flexibilidade, alinhado a organização do trabalho e dos métodos de gestão de pessoas utilizados no ambiente de trabalho.

Os 04 eixos apresentados pelo autor dão centralidade as solicitações do capital dentro das novas relações flexíveis de trabalho, deixando a classe trabalhadora imersa nesse novo metabolismo social que é funcional ao capitalismo no sentido da segregação dos direitos e na incorporação de uma ideologia que concerne a lógica do capital impregnando a vida dos sujeitos em todas as esferas, sejam elas no cotidiano do trabalho ou na vida pessoal.

O mundo do trabalho precarizado é um fenômeno encontrado em países que possuem o capitalismo como sistema econômico central, essas consequências alarmantes de deterioração da classe trabalhadora são inerentes aos processos e desdobramentos do próprio capital. Contudo, é necessário analisarmos como esses processos acontecem em países subdesenvolvidos, na pesquisa citada o Brasil será um instrumento de análise para que compreendamos como se gesta as raízes dos prejuízos postos a essa “classe que vive do trabalho” elencando a formação da precarização e a constituição dessa sociabilidade que o precariado é predominante.

2.1 A Precarização do Trabalho e a Condição da Classe Trabalhadora no Brasil

A noção de precarização do trabalho com base nas análises já realizadas até aqui pode ser considerada as mutações e transformações ocorridas nas formas de organização do trabalho com vistas a subtração de direitos da classe trabalhadora alinhada ao desenvolvimento da produção em grande escala. Essa noção amplia-se no período pós-fordista, dos anos 1980 em diante, deixando clara a ideia da diminuição dos custos e flexibilização na maneira de produzir, contratar e gerir a classe trabalhadora.

A condição de classe trabalhadora assalariada é outra dimensão de extrema importância na análise, uma vez que este complexo manipulatório que constitui o sistema capitalista ataca a “classe que vive do trabalho” a partir dessa realidade de compra e venda da mão de obra, a subsistência está associada de forma direta a esse circuito gerido pelo capital.

Dessa forma, a condição de precarização está ligada a organização direta do mundo do trabalho com os ditames do capital. Com base na leitura de como se gesta o precariado na sociedade faremos uma análise dessa conjuntura no Brasil, país que está em linha de desenvolvimento, mas que possui características peculiares desde o seu processo de colonização que colabora com esta requisição flexibilizada do capitalismo contemporâneo.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Desde os seus primórdios o Brasil conta com um ideário escravista e de exploração, foram 4 séculos que permearam uma colonização de expropriações e submissões. Verificar que a condição de exploração pela via dos dominantes é um padrão contribui para que possamos compreender a precarização como parte constitutiva da nossa formação social.

No Brasil podemos perceber essa forma de dominação e submissão da classe trabalhadora num primeiro momento na atividade rural através da agricultura. Para Lopes (2011) as formas de dominação utilizadas pelos donos de terra constituem um ambiente de proliferação da precarização, por volta da década de 1960 a maioria da população brasileira concentrava-se nos campos e a forma assumida de legitimar os processos de trabalho nessa época assume papel importante no processo proletarianização e formação de um operariado no Brasil.

As transformações ocorridas propiciaram uma conjuntura marcada pela lei do valor, prevalência dos dominantes e submissão da classe trabalhadora em busca de sobrevivência. São relações que constituíram a partir da subserviência dos que precisavam trabalhar uma relação marcada pela continuidade do processo escravista. Para Lopes (2011) essas características se apresentam de forma marcante na maneira como os trabalhadores eram tratados e como as formas de trabalho eram conduzidas:

Nos grandes estabelecimentos agrícolas ocorreram, no início deste século, as transformações pós-escravistas que reproduziram, de maneira diferente, formas de subordinação que muitas vezes tinham continuidade direta com o período da escravidão, como a instituição da morada no Nordeste, lá onde prevalecia a agricultura da cana de açúcar, ou com o colonato no Sudeste, em torno da cultura do café, subordinando seja as populações (negras) saídas da escravidão, seja os descendentes (brancos ou mestiços) dos ex-"homens livres da sociedade escravocrata" rurais, seja ainda a população de imigrantes trazidos da Europa e do Japão que se concentrou em São Paulo (LOPES, 2011, p. 2).

São elementos que fortalecem o entendimento que as relações vivenciadas no passado escravista tomaram contornos de uma reprodução nas dimensões do mundo do trabalho num decorrer histórico. É importante ressaltar a condição de reprodução social que mantém as populações negras ou menos abastadas em situação de desigualdade social, mesmo com o fim da escravidão e direitos reconhecidos no plano legal as classes que mais sofrem impactos negativos sejam na inserção ou com condições precarizadas de trabalho são as os negros e pobres que historicamente sofre as consequências desse capitalismo manipulatório.

Daremos um salto histórico para que possamos compreender os desdobramentos da conjuntura contemporânea de trabalho precarizado no Brasil. Perceber a realidade brasileira dentro do circuito que combina políticas neoliberais de desenvolvimento econômico com a

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



ampliação de um modelo de empregabilidade flexibilizado traz à tona elementos importantes na análise e compreensão da dinâmica que hoje se apresenta na sociedade.

No Brasil somente a partir dos anos 30 é que se mantém uma legislação trabalhista através da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, tratando dos direitos de trabalhadores urbanos, no campo só 20 anos mais tarde em 1963 que é instituído o Estatuto do Trabalhador Rural, esse lapso de tempo que se apresenta entre a instituição e reconhecimento de direitos de trabalhadores urbanos e rurais é de fundamental importância para a compreensão da dimensão precarizada que hoje é disseminada socialmente, pois a condição do precariado constitui-se em linhas históricas em condições de submissões, clientelismo e imposições por parte dos dominantes.

A busca pela alta taxa de elevação da lucratividade no Brasil utilizou os mesmos instrumentos disseminados a nível mundial, o incremento da produção a partir da expropriação da mão de obra com vistas a desregulamentação das leis trabalhistas, assumindo papel de uma modernidade associada ao crescimento econômico.

Para Antunes (2011) na contemporaneidade as condições de trabalho ofertadas a essa “classe que vive do trabalho” estão associadas a um processo de fragmentação e desestabilização sem que os trabalhadores consigam perceber as reais mudanças ao seu redor:

A classe-que-vive-do-trabalho – tem se dado com ênfase na precarização. Apesar da radicalidade com que atinge essa classe, enfraquecendo, fragmentando, desmobilizando e eliminando sua liberdade e realização, o processo que modifica as relações de trabalho assume ares de modernização e flexibilidade em tempos atuais, uma feição ideologicamente articulada para obscurecer o significado real das transformações em curso. (ANTUNES, 2011, p 38)

O mundo do trabalho dentro das imposições neoliberais marca de forma determinante os processos e relações de trabalho, a classe trabalhadora passa a compor um cenário de trabalho alienado e estranhado. Apesar da forma incisiva como as transformações se apresentam nesse ideário flexibilizado a classe trabalhadora em sua maioria por uma questão de subsistência fortalece a perspectiva do capital que o coloca como “colaborador” dimensionando ao trabalhador a responsabilidade direta por seu emprego, são transformações em curso que dentro da atual conjuntura é aceita e disseminada socialmente.

As transformações em curso trazidas pelo padrão toyotista são apresentadas de forma intensificada no Brasil por volta dos anos 1990, o Brasil não abandonou os elementos do fordismo e taylorismo, mas, intensificou os processos de trabalho a partir das rotinas flexibilizadas.

A nova etapa de desenvolvimento econômico que visita o modelo japonês a luz de um neoliberalismo trouxe prejuízos a classe trabalhadora no tocante dos direitos, pois a partir das

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



contradições inerentes ao próprio sistema a vertente modernizadora propiciou desempregos, informalidade e fragmentação na legislação trabalhista.

O Brasil inseriu-se num contexto que acarretou mudanças profundas em sua estrutura política e econômica, podemos destacar a partir de alguns governos momentos históricos de retrocessos que influenciam as alterações nas relações e processos de trabalho. No governo Collor tentou-se a implementação de uma Reforma Trabalhista, no governo Itamar Franco o abandono das instancias de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego deixou a classe trabalhadora vulnerável na solicitação do reconhecimento dos seus direitos, tendo ainda a aprovação da Lei 8.949. /1994 que viabilizou a terceirização do trabalho no Brasil.

No governo sucessório do Fernando Henrique Cardoso (FHC) tivemos de forma sutil, porém emblemática a normatização das demandas da classe patronal, foi um momento de privatizações e regulações legais que atendiam ao capital, em nome de uma modernização e crescimento, o país contou com desmantelamentos nos direitos trabalhistas e inserções de normativas em que nada favorecia a classe trabalhadora. Conforme cita Nascimento, 2015:

Foi no governo FHC que a flexibilização das relações de trabalho ganhou ênfase, a partir do chamado Pacote Trabalhista de 1998, então justificado pelo governo como uma forma de enfrentar o desemprego em ascensão. Foram regulamentados o contrato por tempo determinado e, logo, os critérios de rescisão contratual e de contribuições sociais -, o contrato por tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho, o trabalho aos domingos, além de estimular e legalizar acordos conciliatórios para o conflito capital-trabalho (NASCIMENTO, 2015, p. 6).

Dessa forma, podemos perceber que o poder político e econômico é vital na organização do mundo do trabalho, os governos aqui apontados dentro de uma breve explanação traz elementos fundantes para entender os impactos da precarização na vida dos trabalhadores. E com maior ênfase o governo FHC propõe e regula medidas que colocam a classe trabalhadora em padrões de instabilidade, fomentando a flexibilidade e a manutenção de um mercado havido por lucros e de segregação para com a classe trabalhadora.

A perspectiva neoliberal na sociedade brasileira vinculado ao poder econômico e político traz alterações profundas na configuração das relações e processos de trabalho, é importante perceber o neodesenvolvimentismo² articulando essas mutações, as situações apresentadas de trabalho informal, flexibilização de direitos, desemprego dentre outras consequências está permeado por essa lógica sutil e predominante.

² Neodesenvolvimentismo é compreendido como sendo um novo projeto de desenvolvimento do capitalismo que surge com a crise do neoliberalismo. Na verdade, trata-se de uma nova visão de desenvolvimento capitalista baseado na criação de um novo patamar de acumulação de capital por meio da ação do Estado capaz de criar, por um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivas focadas no subproletariado. (ALVES, 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014>).



Nesse discurso aderido não somente no Brasil, mas em todas as sociabilidades que possuem o sistema capitalista como padrão, as vertentes almejadas são modernizadoras e propõe crescimento são obscurecidos por uma face que traz a flexibilidade implementando os moldes de vida dos sujeitos, uma vez que essa “classe que vive do trabalho” não consegue atender o padrão mínimo de qualidade de vida em seus empregos e acabam legitimando a lógica predominante do capital. Conforme afirma ALVES (2010):

Tem-se, a introdução, no mundo do trabalho e, mais especificamente, no interior das empresas, de uma cultura que, estimulada pela instabilidade no trabalho, perpetua um clima de competitividade; de pressão por resultados e atingimento de metas entre os próprios trabalhadores; frustrações das expectativas entre os mais escolarizados; adoecimentos laborais, com destaque para os transtornos mentais e que envolvem questões emocionais ligadas às relações de trabalho (ALVES, 2010, p. 120).

A análise apresentada por Alves (2010) configura a realidade emblemática vivenciada pela classe trabalhadora, a lucratividade é dissociada das demandas dos trabalhadores, e tudo isso é devido ao impositivo de gerenciamento da mão de obra como uma mercadoria, ocasionando essas múltiplas determinações que culminam num cenário precarizado afetando diretamente a vida, causando adoecimentos laborais, com destaque para transtornos mentais da “classe que vive do trabalho”.

3 CONCLUSÃO

Ao concluirmos este trabalho, é necessário que compreendamos a inserção das máquinas no mundo do trabalho sob o prisma da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, a vertente que é utilizada pelo capital de um paradigma de avanço e modernidade requer uma análise mais apurada, a fim de que possamos verificar no plano real como se comporta essa realidade de segregação do trabalhador frente aos seus processos de trabalho. As superespecializações das máquinas pedem do trabalhador cada vez mais competência e adequação imediata a esse modelo fluido. A partir dessa realidade muitos são os trabalhadores que não conseguem acompanhar essa especialização excessiva e acabam ficando de fora do mundo do trabalho, constituindo a camada excluída da sociedade salarial.

Para Dejours (2006) a constituição dessa camada excluída de desempregados primários ou desempregados que não conseguem reempregar-se está vinculada a um contexto que ele chama de “guerra sã”, a qual acredita está associada a uma guerra econômica sendo aceita por maior parte dos sujeitos dentro do sistema capitalista vivenciado na contemporaneidade.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A falta de mobilização coletiva, a incapacidade de indignar-se com o que não me afeta diretamente são alguns atributos elencados por Dejours para formalizar sua linha teórica acerca da tolerância por parte da sociedade com o atual cenário de excluídos. São processos que colaboram para a delimitação desse cenário capitalista, a adesão a causa econômica e a aceitação da classe trabalhadora em nome de uma subsistência aos impositivos do mercado constitui essa teia relacional de ignorar essa injustiça social instalada, a mobilização dos coletivos atua de forma enfraquecida e isso faz com que os níveis de desempregos e subempregos se perpetuem por toda sociedade.

Dentro desse circuito de precarização das formas de trabalho instala-se outro eixo central dessa conjuntura que são os novos métodos de gestão e organização do trabalho, nessa etapa consiste uma análise minuciosa de como o ideário neoliberal impregna a subjetividade dos sujeitos alterando de forma significativa não só sua vida laboral, mas também sua essência enquanto ser humano genérico.

É nessa etapa do toyotismo já maduro em nossa sociedade que iremos demonstrar a necessidade que se figura a partir do envolvimento dos empregados e operários nos procedimentos da produção de mercadorias. A forma de atuação dessa nova racionalidade produtiva traz uma nova roupagem nas formas de produzir e consumir, porém mantém sua disseminação e manutenção universal se dá por conta da expropriação da mão de obra do trabalhador. O trabalho abstrato, o qual não pode ser medido é simultaneamente explorado junto ao trabalho concreto desempenhado pela classe trabalhadora somando altos índices de desenvolvimento a sistematização toyotista.

Dentro de uma condição de aceitação e desenvolvimento o novo modelo flexível traz uma gama de fatores que cooperam com a flexibilidade vivenciada não somente nos processos de trabalho, mas também nas relações entre trabalhadores.

As vertentes levantadas pelo autor nos colocam frente as múltiplas determinações que definem a condição de estar inserido no mundo do trabalho. As determinações de flexibilidade intra empresa e extra empresa é essencial para que compreendamos as instabilidades inerentes a condição de ser “classe que vive do trabalho” no atual panorama.

As condições relatadas de fragmentação, desregulação trabalhista e sindical coloca os trabalhadores em situação de submissão a realidade ofertada pelas empresas, os espaços ocupacionais passam a situar uma ideia de rotatividade constante permeando a ideia do “exército de reserva” fomentando o discurso de que “não se enquadrou está fora, pois lá fora existe uma fila esperando por emprego”.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Esse ideário configura dentro das empresas o culto do medo e da insegurança em torno da manutenção do emprego, os sujeitos passam a concorrer com os próprios colegas e a sua empregabilidade é renovada todos os dias ao final de mais um dia de trabalho. É uma lógica predominante em nossa esfera social, mas que maltrata e submete a classe trabalhadora, os efeitos dessa realidade são devastadores para aqueles que convivem diariamente com esse medo de perder seus empregos e com isso perder a identificação e reconhecimento social que se tem a partir de sua qualificação profissional. Contudo, as condições precarizadas e aceitas socialmente acarretam no trabalhador o que inicialmente podemos chamar de sofrimento, este momento é vivenciado pela resistência de estar no espaço ocupacional dentro das normativas impostas.

Os modelos produtivos mencionados refletem bem o padrão vivenciado em nossa contemporaneidade, a partir dessas vertentes o trabalhador é colocado dentro desse fluxo e sua forma de agir é facilmente condicionada ao que se prega pelo capital. As relações de trabalho que geram medo, insegurança, situações de trabalho informal estão em sua grande maioria vinculadas as essas formas produtivas que cooperam entre si para a formação dessa sociabilidade capitalista. Ao verificar essa análise percebemos que as relações flexíveis de trabalho estão imbricadas desde sua essência com as formas produtivas, o trabalho na sua centralidade capitalista colabora com esse cerne marcado pela autovalorização do valor em detrimento da exploração da classe que vive do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva do capital. **Revista O Público e o Privado**, nº 11, São Paulo, Jan/junho de 2008.

_____. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. 1ª Ed. Editora Boi Tempo, São Paulo, 2010.

_____. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da RET**. Ano V, Nº 5, São Paulo 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 3ª Edição. São Paulo. Editora Boitempo, 1999.

_____. **Perenidade (e superficialidade) do trabalho**: Alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Lumens Juris, 2013

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **Revista A cidadania negada**, São Paulo, 2009.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



BARROS, Albani. ALVES, Bianca Gomes. BARBOSA, Maria Lucilene. Refletindo sobre o Welfare State e a crise estrutural do capital. **Periódico Cadernos de Graduação**, Volume 2, nº 1, São Paulo, 2014.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LOPES, José Sergio Leite. **Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil**. Revista da RET. Ano V, Nº 8, São Paulo 2011.

NASCIMENTO, Liliane de Lima Andrade. Precarização do trabalho no Brasil em tempos de neodesenvolvimentismo. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão. 2015.